

ATA DA NONAGÉSIMA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e vinte minutos do dia dez de abril de dois mil e dois, deu-se início a Nonagésima Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida por Cláudio Augusto Vieira da Silva (Fundação Fé e Alegria do Brasil) Presente os conselheiros titulares Normando Batista Santos (ABONG); Maria Stela Santos Graciani (PUC-SP); Maria Izabel da Silva (CUT); Kênia Augusta Figueiredo (CFESS); José Fernando da Silva (Centro de Cultura Luiz Freire); Joacir Della Giustina (CNBB); Rachel Niskier Sanchez (SBP); Ozanira Ferreira Costa (CECRIA); Manoel Messias Moreira da Silva (MNDH); Osvaldo Marcolino Alves Filho (MF); Ivanildo Franzosi (Casa Civil – Presidência); Antonio José Angelo Motti (Parcialmente - MPAS); Walter Antonio da Silva (MInc) e Denise Doneda (MS);. Presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: Júlio Boaventura Santos Matos (MRE); Marilda Marfan (MEC); Yvone Bezerra de Mello (MTE); Tânia Mara Eller da Cruz (MP) e Maria Ignês Bierrenbach (MJ);.Estiveram ainda presentes os conselheiros suplentes da sociedade Civil; Raymundo Rabelo de Mesquita (Inspetoria São João Bosco); Beatriz Hobold (Pastoral da Criança); Laura Rossetti (FENAPAE's); Marcos Colares (OAB) e Saulo de Castro Bezerra (ABMP). Dando início, o Presidente submeteu a Pauta de Trabalho à plenária tendo a mesma sido aprovada com adequações pertinentes como segue; **I – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas.** As Comissões Temáticas se reuniram no período da manhã para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação. **II – Discussão sobre a questão da Criança e do Adolescente indígena com presença da FUNAI e CIMI.** Estiveram representando a FUNAI Ana Maria Costa, Antropóloga e Sanitarista e Helena de Biasi do Departamento de Educação. O CIMI justificou sua ausência. O Presidente expôs às visitantes a demanda que chegou ao CONANDA através da Associação de Conselheiros Tutelares do Mato

Grosso do Sul sobre a questão das crianças e adolescentes indígenas, propondo a criação do Conselho Tutelar para esse segmento. Inicialmente a Coordenadora Ana Maria cumprimentou a todos e em seguida fez um histórico sobre a FUNAI abordando as etnias, o número de aldeias existentes, a estrutura do órgão e o Estatuto do Índio em vigor e nova proposta que se encontra no Congresso Nacional. Para ela FUNAI está totalmente fragilizada, com a descentralização dos serviços, citando como exemplo a saúde, que hoje fica a cargo da FUNASA, inclusive com o levantamento de dados dessa população. A educadora Helena fez um relato sucinto da atuação do Departamento de Educação, informando que desde a Constituição de mil novecentos e oitenta e oito a responsabilidade executiva da educação também saiu da esfera da Instituição, como a saúde, considerando que houve um retrocesso neste sentido. Ela esclareceu que o Departamento de Educação da FUNAI não tem mais a função de Educação nos Estados. Quanto as escolas que estão localizadas dentro das Aldeias as mesmas ainda não estão descentralizadas. Hoje, o trabalho do Departamento é feito com os estudantes das aldeias e que este é um problema que os aflige, tendo em vista a perda de identidade dos índios e a falta de professores qualificados para o trabalho, principalmente com alunos do segundo grau. Foi ressaltado que esse atendimento fora da aldeia é muito precária e que muitos adolescentes vão estudar fora de suas cidades de origem não retornando mais para suas aldeias, passando a residir em áreas de grande risco de drogas, tráfico, prostituição, etc. O Departamento trabalha ainda com a capacitação de professores para atuarem fora das aldeias. Abrindo o debate foram registrados os questionamentos que seguem; **1)** A conselheira Rachel indagou como anda a tramitação do Estatuto do Índio no Congresso Nacional e qual a posição das expositoras para atender os povos indígenas; **2)** A conselheira Ozanira ressaltou as demandas recebidas pela Associação dos conselheiros tutelares e questionou quais os encaminhamentos concretos que serão dados para os problemas apresentados; **3)** O conselheiro Messias endossou a pergunta da conselheira Ozanira e questiona como está sendo tratado o assunto nas escolas; **4)** O

conselheiro Joacir enfatiza que a Campanha da Fraternidade previa a aprovação do Estatuto do Índio. Na oportunidade solicita uma cópia do estatuto para que o CONANDA possa apressar a aprovação do mesmo. Em resposta as indagação, a Coordenadora Ana Maria esclareceu que a questão da fome, principalmente de crianças e adolescentes tem preocupado muito e que o alcoolismo e a drogadição estão atraindo as crianças e adolescentes. Sugeriu para que o CONANDA contribua com a preservação cultural, alegando que as crianças e adolescentes são manipulados, principalmente para o tráfico. Com relação ao novo Estatuto, ela explicou as alterações e o que está dificultando a sua aprovação é a questão fundiária. A questão da tutela também tem sido impecilho e que há correntes diferentes sobre o assunto. A educadora Helena considera que a legislação em vigor para crianças e adolescentes o ECA atende as necessidades, porem como chegar ao Conselho Tutelar é um desafio. Ela argumenta que no Estatuto do Índio não fala de crianças e adolescente e que o Departamento de Educação da FUNAI fez uma contraproposta para garantir os direitos das crianças e adolescentes. A Coordenadora Ana Maria complementa que na carta de princípios do Amazonas e que nos cursos de formação esses princípios estão garantidos, mas nas escolas das aldeias não. Para o conselheiro Ivanildo o ECA é para todas as crianças e adolescentes, independentes de sua origem, caso contrário é discriminação. Se posicionou contrário a criação dos Conselhos Tutelares indígenas. O conselheiro sugeriu que as alterações no Estatuto do Índio fossem feitas através das assessorias parlamentares dos ministérios que compõem o CONANDA. A coordenadora Ana Maria sugeriu que a questão da criança e do adolescente indígena fosse aprofundada pelo CONANDA e o Presidente do CONANDA propôs que o assunto fosse debatido na Comissão de Políticas Públicas e apresentado justificativa em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Já o conselheiro Fernando propôs que o assunto seja debatido conjuntamente MEC, MTE, Saúde, SEAS e Frente Parlamentar, por envolver questões sócio- familiares. A conselheira Maria Stela solicitou para que a FUNAI envie ao CONANDA cópia dos três Projetos que estão

tramitando no Congresso Nacional e propôs que as compatibilizações entre o Estatuto do Índio o Estatuto da Criança e do Adolescente seja feito através da Frente Parlamentar pela Criança. As visitantes se comprometeram encaminhar os documentos solicitados e aproveitaram para agradecer a oportunidade de estarem neste conselho. O Presidente agradeceu a visita em nome do CONANDA, ressaltando o seu desejo de que o problema seja resolvido para que se possa orientar os Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais e Tutelares quanto a melhor atuação junto as crianças e adolescente indígenas. Os conselheiros Normando e Fernando propuseram a criação de Grupos de Trabalho composto por representantes da FUNAI, CIMI e representante da Comunidade indígena para aprofundar o assunto. - **III Apresentação do resultado da pesquisa do CECRIA**

sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescente para fins de exploração sexual e comercial –

A coordenadora da Pesquisa Maria Lúcia Leal cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade de apresentação da pesquisa, informando inicialmente todos o esforço havido objetivando dar visibilidade ao tema. Informou também sobre a forte mobilização da sociedade e do Poder Público para que os objetivos da Campanha fossem alcançados. A pesquisa é apoiada pelas redes locais e internacionais de enfrentamento da questão, através de Planos de Ação referendados pelas agendas políticas internacionais voltadas para o enfrentamento desta problemática, sob a coordenação do CECRIA, em parceria com o Instituto Internacional de leis e Direitos Humanos da Del Paul College (Chicargo/EUA) e com o apoio do Ministério da Justiça e das agências internacionais que atuam no país. A pesquisa deverá, ainda, fornecer elementos para a formulação, pela OEA ,de uma Convenção Interamericana que permita a cooperação entre os países que também vêm desenvolvendo pesquisas sobre a temática em questão, afim de prevenir e erradicar o tráfico de mulheres, crianças e adolescente para fins de exploração sexual e comercial. Devido a complexidade teórica, conceitual e metodológica do tema correto; à sua natureza clandestina / ilegal; à diversidade regional; à extensão territorial; à questão da identidade; e aos diferentes

estágios de mobilização e articulação entre os atores governamentais e não governamentais, nas regiões brasileiras, a estratégia definida foi a descentralização da coordenação da pesquisa, para realização da pesquisa de campo, envolvendo dezoito estados das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro – Oeste e Sul. A coordenadora apresentou ainda a caracterização minuciosa do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial nas regiões brasileiras e ressaltou que os resultados da pesquisa de campo já permitem um reconhecimento do fenômeno do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes no Brasil, favorecendo o mapeamento mais efetivo da realidade, a elaboração de indicativos, visando alterações na legislação pertinente, a atuação efetiva frente do processo de coleta de dados, a demonstração da precariedade, no âmbito das organizações públicas e produção de subsídios para a elaboração de estratégias de enfrentamento.

O Presidente abriu o debate onde foram registrados os pontos que seguem: **1)** A conselheira Rachel indagou sobre o número de inquérito existente; se a pesquisa é qualitativa e quantitativa e se o arcabouço jurídico no Brasil é suficiente para punição; **2)** O conselheiro Fernando propôs que esse estudo fosse apresentado no Encontro Nacional de Articulação do CONANDA com os Conselheiros Estaduais, Conselho Nacional da Mulher, CECRIA e os candidatos ao Governo Federal e Governo Estaduais; **3)** A conselheira Maria Stela, considerou fantástico o desvelamento da pesquisa, numa rede vertical e horizontal. Endossou a proposta do conselheiro Fernando e sugeriu também dar visibilidade da pesquisa através das revistas especializadas como a Veja, Época, Isto É e Capital, bem como através das universidades; **4)** O conselheiro Normando indagou se há interface com as redes estaduais e também endossou a proposta do conselheiro Fernando. A coordenadora Maria Lúcia respondeu as indagações informando que há mais ou menos duzentos e cinquenta inquéritos instaurados. Com relação a qualidade da pesquisa ela informou que por se tratar de pesquisa da América Latina e Caribe existem (nove países) e tem se buscado informações sobre os assuntos discutidos e quando se trata de crianças e adolescente há necessidade de efetuar uma leitura sobre o

assunto e fazer um confronto com as ações de enfrentamento no Brasil (governo e sociedade). Com relação as interfaces a coordenadora informou sobre as articulações existentes com a coordenação nacional do Combate ao Tráfico de Seres Humanos da Secretária de Justiça do Ministério da Justiça, com a UNB, cujo projeto de mestrados acabou de ser aprovado, Policia Federal, Interpol, Ministério Publico, Segurança Pública, Poder Judiciário e Relações Exteriores. O Presidente encaminhou a proposta do conselheiro Fernando à Comissão de Articulação para estudar a possibilidade de inserir a apresentação da pesquisa no Encontro Nacional e agradeceu a expositora pela relevante apresentação do trabalho, colocando o CONANDA à sua disposição. Antes de prosseguir os trabalhos a Vice Presidente do CONANDA Maria Ignês Bierrenbach informou que deixou a Direção do Departamento da Criança e do Adolescente, tendo em vista o convite recebido do novo Ministro da Justiça para integrar a sua assessoria especial. A Vice- Presidente informou ainda que havia acertado com o Sr. Ministro a sua permanência no CONANDA. O Presidente aproveitou a oportunidade para enaltecer os pontos positivos da parceria com o DCA através da pessoa de Maria Ignês e que a sua gestão no DCA foi de absoluto crescimento do Sistema de Garantia de Direitos. A conselheira Maria Izabel aproveitou a oportunidade para homenagear o Secretário de Estado dos Direitos Humanos – Adjunto, Dr. Darci Bertoldo. O Presidente complementou a fala da conselheira propondo voto de louvor do CONANDA ao Dr. Darci pelo profissionalismo que o mesmo tratou os assuntos do CONANDA. O conselheiro Normando sugeriu que os votos de louvor sejam dirigidos ao Dr. Darci, Maria Ignês e Eliana Crisostomo, pelas relevantes contribuições que os mesmos prestaram ao CONANDA. A conselheira Maria Stela, voltou a enaltecer as qualidades de Maria Ignês, ressaltando ter sido a melhor Presidente da FEBEM, pela sua competência e dignidade. A Vice Presidente agradeceu os elogios e disse sentir-se muito gratificada com os mesmos. Aproveitou também, para prestar sua homenagem ao Dr. Darci e Eliana, alegando que foram perdas imensas para o Ministério dada a competência dos mesmos. IV-

Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas – 1- Comissão de Políticas Públicas A

conselheira Denise Doneda fez o relato dos trabalhos da Comissão tendo sido abordado os seguintes pontos: **a)** que a Secretária Executiva informe sobre o andamento da publicação dos Anais da IV Conferência Nacional e sobre o envio do Pacto pela paz aos Ministérios que tem representação no CONANDA; **b)** que a Comissão de Orçamento e Finanças defina os recursos para confecção de cartazes, foldes, e outros e que o conselheiro Ivanildo está organizando a agenda com o Presidente da República para Entrega do Pacto pela Paz; **c)** As Comissões de Políticas Públicas e Articulação/Comunicação deverão definir estratégias a serem apresentadas e aprovadas na Assembléia Ampliada; **d)** As conselheiras Maria Stela e Kênia ficaram responsáveis pela elaboração de correspondência a ser enviada aos Conselhos Estaduais incentivando-os à divulgação do Pacto pela Paz aos candidatos aos Governos Estaduais; **e)** Sobre o documento “ Manifesto pioneiro de integração entre a LDB e ECA, objetivando introduzir o ECA nos currículos escolares, a conselheira Marilda Marfan ficou responsável pelos ajustes e envia-lo à Secretária Executiva e submete-lo novamente à plenária; **f)** O conselheiro Osvaldo ficou responsável pela análise do Estatuto do Índio e a sua correlação com o ECA e pela disponibilização da última versão do Estatuto do Índio em discussão no Congresso Nacional, bem como informar o seu andamento naquela Casa de Leis. Com relação a produção do manifesto a ser introduzido no Estatuto do Indio, a Comissão não definiu o responsável; **g)** Quanto a representação do CONANDA na Comissão Especial sobre trabalho escravo, forçado e infantil da CNDPH, foi informado que a conselheira Maria Izabel e a Gerente do DCA Soleny ficaram responsáveis pela Relatoria da Comissão em relação ao tema trabalho infantil. Foi ainda informado que será feito levantamento junto a SEAS sobre gastos e o número de crianças incluídas no PETI. Os principais pontos do CONANDA defendido na Comissão são: reivindicação de que os recursos do PETI sejam dirigidos para todas crianças trabalhadoras, e não apenas as que estão nas piores formas do trabalho infantil integração

do bolsa escola ao PETI; implementação, pelo MEC, da proposta das escolas de tempo integral nos municípios onde tem o PETI; A Comissão propôs que os coordenadores das Comissões se reunam no dia quatorze de maio para compatibilizar as agendas e formação de grupos de trabalho para coordenar a Assembléia Ampliada a ser realizada no mês de julho. Propôs ainda a realização de duas Assembléia Descentralizadas sendo no mês de junho em Santa Catarina e no mês de setembro no Amazonas; **h)** Convite para o Setimo Encontro Nacional de Associação e grupos de Apoio à Adoção em Mogi da Cruzes – SP – A conselheira Rachel fará ofício de agradecimento; **i)** Convite para participação no Seminário Nacional de Presídio no Rio de Janeiro. Informar que o presidente do CONANDA representará o Conselho; **j)** Convite para participar no evento sobre educação infantil. Enviar ofício indicando a conselheira Marilda; **l)** Denuncia do Conselho Tutelar de Ariquemes – RO sobre infrações administrativas contra os direitos de crianças e adolescentes, financiamento do PETI e impedimento de alunos entrarem nas escolas sem o uniforme cuja cor foi definida a partir das cores utilizadas pela gestão atual da Prefeitura. O Conselheiro Osvaldo fará ofício do CONANDA ao Ministério Público local solicitando o seu pronunciamento e a conselheira Maria Izabel fará ofício à SEAS solicitando também o seu pronunciamento; **m)** Recebimento de discurso do Deputado Hélio pronunciando-se sobre a atitude da mídia no episódio do médico-mostro e informar sobre o PL que trata das penas sobre pornografia infantil pela internet. O conselheiro José Fernando informou que o CONANDA ainda não teve acesso ao Projeto e o conselheiro Osvaldo se comprometeu solicitar copia do PL ao Gabinete do Deputado; **n)** Recebimento de documento de Deputado Distrital instituindo o “Conselho de Pais” em artes maciais, para a sua apreciação. O documento foi passado à Comissão de Legislação para parecer; **o)** Aprovado pela Comissão o parecer do conselheiro Osvaldo relativo a certidão negativa de utilização ilegal do trabalho de crianças e adolescentes; **p)** A conselheira Marilda ficou responsável pela elaboração de ofício de agradecimento à SEDH pelo recebimento do livro violência nas escolas,

bem como solicitação de cem exemplares para o CONANDA: **q)** Enviar ofício de agradecimento ao “SAVE THE CHILDREN” pela publicação sobre o programa de Erradicação do Trabalho Infantil; **r)** Recebimento do discurso do Dep. Lincon Portela sobre o tema violência e família; **s)** Recebimento do documento da AI. BI. sobre adoção internacional solicitando parecer do CONANDA para o seu credenciamento. Informar ao interessado que o CONANDA não tem competência para analisar o documento e informá-lo que o mesmo foi enviado à Autoridade Central para as providências; **t)** Recebimento de documento da ANAMEC para parecer sobre o desmonstrativos de doação de bolsa onde deve constar identificação do bolsista. O conselheiro Normando informou que o documento foi repassado ao conselheiro Marcos Colares para parecer; **u)** Recebimento de documento do Ministério Público de Boca da Mata- AL, informando a implantação da notificação de violência no Município; **v)** Recebimento de informações do Fórum Nacional PETI de que a OIT e IPEC/ Brasília dispõe de vagas para o projeto “ Prevenção e eliminação do trabalho infantil doméstico” **x)** Recebimento do Planejamento de Ações do CEDCA-CE, para o ano de dois mil e dois; **a)** Recebimento de correspondência de adolescente de Barcelona solicitando material para trabalho escolar. Encaminhamento à Rita/DCA/MJ para o envio do referido material; **b)** Acusar o recebimento da Professora Rita Segato que aborda o racismo; **z)** Recebimento de documento da Assessoria de Comunicação do Projeto Legal, reativo ao reordenamento institucional, gestão de CT e CMDCA. A Comissão apresentou ainda o Plano de Ação do CONANDA para dois mil e dois, tendo o mesmo sido aprovado após correções pertinentes, aprovado por unanimidade. A conselheira Maria Izabel ficou responsável pelas correções e encaminha-lo à Secretária Executiva do CONANDA; Com relação ao trabalho escravo a conselheira Maria Ignês informou que o Ministério da Justiça está vendo a possibilidade de estender o seguro desemprego a quem sair do trabalho escravo e que a proposta está tramitando no Palácio do Planalto. Com relação ao trabalho infantil está sendo proposto a inserção da bolsa do PETI à três

milhões de crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil. Está ainda sendo estudado a extensão do serviço voluntário aos jovens em conflitos com a lei.. Com relação ao documento da AI. BI. sobre adoção internacional a conselheira informou que o processo já foi analisado pela Autoridade Central e está na Polícia Federal para análise e que há restrições para a sua autorização –

2) -Comissão de Orçamento e Finanças/ Medidas A conselheira Maria Stela fez o relato dos trabalhos da Comissão informando sobre o contato mantido com o representante da Pastoral da Criança para sanar dúvidas sobre a Resolução que dispõe sobre captação de recursos e a apresentação do Projeto da Pastoral. O conselheiro Walter fará análise do Projeto e apresentará parecer na próxima plenária. A Comissão apresentou também a compatibilização dos projetos que serão aprovados pelo DCA e pelo CONANDA, sendo que o CONANDA financiará projetos com despesas de custeio e capital (equipamentos e materiais permanentes) e o DCA, financiará projetos de construção. Foi informado o acréscimo de setecentos mil reais à conta do FNCA e a forma de monitoramento e acompanhamento dos projetos aprovados. Foi apresentados também a relação de assuntos que deverão nortear as discussões noVI Encontro de Articulação com os Conselhos Estaduais e a proposta de pauta para o evento. Com relação aos Encontros Regionais sobre medidas socioeducativas foi informado o número de representantes por Estado, assim distribuídos: dois representantes dos Conselhos Estaduais (paridade); um dirigente do órgão executor; um responsável pelo programa de medidas socioeducativas; um técnico de unidade de internação; um Juiz da Infância e Juventude; um Promotor de Justiça da área da Infância e da Juventude; um representante do Fórum Estadual DCA e um representante da ABMP. Os conselheiros deverão indicar o nome de profissionais para sistematizar os relatórios regionais e posteriormente será selecionado um sistematizador que deverá acompanhar todos os Encontros. A indicação deverá ser enviada à Secretária Executiva até a próxima plenária. Os conselheiros também deverão informar à Secretária Executiva até a próxima plenária a sua participação no evento. A Secretaria Executiva ficou

responsável em oficiar aos Conselhos Estaduais a relação dos participantes, bem como enviar os documentos que servirão de subsídios para os encontros estaduais. O CONANDA irá subsidiar as despesas de hospedagem e alimentação, sendo que as passagens ficarão a cargo dos órgãos de origem dos representantes, com exceção dos representantes do Forum Estadual de cada região que será financiada pelo CONANDA; **3- Comissão de Articulação/ Comunicação** – O conselheiro José Fernando fez o relato dos Trabalhos da Comissão, informando primeiramente a saída do coordenador da Comissão, conselheiro Angelo Motti e a proposição do nome da conselheira Yvone para substituí-lo. A plenária deliberou aguardar a próxima plenária para efetivar a substituição. Em seguida foram abordados os pontos que seguem: **a)** os conselheiros Marcos e Júlio irão representar o CONANDA na reunião que tratará da eleição da representação da sociedade para o CDCA-DF, a convite da Comissão Eleitoral; **b)** o conselheiro Marcos apresentará parecer na próxima plenária sobre a consulta do CMDCA de Martinópolis- SP, se compete ao Conselho Tutelar fiscalizar bailes e eventos de outras naturezas e a entrada de adolescentes nestes recintos, bem como a fiscalização de vendas de bebidas alcoólicas e os limites/competência entre o Conselho Tutelar e o Poder judiciário; **C)** a Secretaria Executiva deverá oficiar os agradecimento à ANDI pelo envio da Revista” O grito dos Inocentes” e solicitar mais trinta exemplares para os conselheiros; **d)** Recebimento de correspondência do Procurador Geral de Justiça de Minas Gerais informando o empenho do Ministério Público em apurar os fatos denunciados pelo Conselho Tutelar de Araxá; **e)** recebimento de correspondência da ANDI informando que a jornalista Regina Festa assumirá a presidência do órgão e que a direção colegiada será composta também por Macus Fuks e Veet Vivarta; **f)** recebimento de documentos da Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Conselhos Tutelares, contendo as deliberações/ encaminhamentos do Congresso para apreciação do CONANDA. O documento será apreciado na próxima plenária; **g)** consulta do Conselho Tutelar de Eunópolis sobre pagamento de férias e de decimo terceiro salário de conselheiro tutelar. Solicitar o

endereço postal para o envio da Resolução número setenta e cinco do CONANDA; **h)** consulta do conselho tutelar de Santa Mercedes se o “vestuário” do conselheiro tutelar deve ter o nome da Prefeitura ou só do Conselho Tutelar; **i)** consulta do Conselho Municipal de Conceição do Araguaia-PA, se a eleição do Conselho Tutelar deve ser por chapa, conforme define a Lei Municipal. Informar ao CMDCA a necessidade de adequação da Lei com o que dispõe a Resolução número setenta e cinco do CONANDA **j)** solicitação de parecer da conselheira tutelar de Taguatinga-DF sobre seu afastamento da função de conselheira. Solicitar documentação complementar para subsidiar o parecer o qual deverá ser baseado na Resolução do CONANDA que sugere a criação de Comissão de Ética para tratar destas questões. Com relação as pendências da assembléia anterior foi informado pelo relator o que segue: **a)** solicitação da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Presidente Prudente SP, para que seja autorizado um link da sua Home Page com a Home Page do CONANDA, O pedido foi autorizado, cabendo a Secretária Executiva os procedimentos internos necessários para viabilizar o Link; **b)** solicitação de informações/posição do CONANDA sobre ações de combate a qualidade/influência da programação de televisão brasileira na vida de crianças e adolescentes e reclamação de uma mãe sobre a mesma questão. A Secretaria Executiva deverá encaminhar texto já produzido contendo a posição do CONANDA e comunicar a decisão da IV Conferência Nacional sobre os meios de comunicação; **c)** cobrança do conselheiro de direitos de Juiz de Fora- MG, sobre denúncias encaminhadas ao CONANDA e recebimento de denúncias do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente David Arantes – Limeira – SP, acerca da decisão do juiz que proibiu as visitas dos educadores e técnicos da entidade na Casa de Custódia para adolescentes em conflitos com a lei. Para ambas denúncias a Secretaria Executiva deverá solicitar maiores informações para subsidiar os pareceres; **d)** recebimento de correspondências do Sr. José Luíz, do Conselho Tutelar de Mogi das Cruzes – SP. O conselheiro Motti, ficou responsável pela elaboração da resposta; **e)**

correspondência recebida do CEDCA-SC, solicitando parecer sobre o Projeto SIPIA do Estado, tendo em vista impasse criado. A coordenadora Nacional do SIPIA e integrante desta Comissão ficou responsável pelo parecer. A comissão apresentou ainda proposições que necessitam deliberação da plenária: **a)** o conselheiro Motti informou sua saída do CONANDA, devendo ser indicado novo representante pelo MPAS. O Ministério do Trabalho indica a conselheira Yvonne para coordenar a Comissão, A plenária deliberou aguardar a próxima assembléia para a indicação; **b)** O Conselho tutelar de Biritiba Mirim – SP solicita posição do CONANDA sobre a novela “ O Clone” da Rede Globo de Televisão. A Proposta de resposta elaborada pela Comissão foi aprovada com correções pertinentes; **c)** com relação ao lançamento do Manual de Imprensa e de Mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente, a jornalista responsável solicita que o mesmo seja feito no mês de maio, por problemas de agenda. Solicita ainda o pagamento de passagem para o seu deslocamento. Foi deliberado pela plenária que o lançamento seja feito no mês de julho, durante o VI Encontro de Articulação do CONANDA com os Conselhos Estaduais, Distrital, Conselhos Municipais das Capitais e Conselhos Tutelares. **d)** no que tange ao Conselho Nacional de Comunicação Social, a Comissão propôs que a plenária faça leitura e considere a proposta de parecer. Propôs ainda que seja providenciado a cópia da Lei de criação do CNCS e da Resolução que norteia o seu funcionamento para a próxima assembléia do CONANDA. Foi deliberado pela plenária que o Conselheiro José Fernando substituirá a Conselheira Ozanira no Grupo Gestor do SIPIA e o coprelheiro Manoel Messias comporá o GT de Articulação com o DCA. Com relação ao Encontro Regional da Região Nordeste, foi aprovado manter novos contatos com o CEDCA – PB para que o mesmo decida se aceita ou não sediar o Encontro, caso contrário manter contatos com Alagoas e Sergipe, para possibilidade de sediar o Encontro. Com relação a Comissão Eleitoral para nova gestão da sociedade civil no CONANDA, foi deliberado os nomes dos Conselheiros Normando, Kênia e Maria Stela para compor a Comissão. Foi proposto e aprovado o envio do Pacto

pela Paz aos Conselhos Setoriais e Organismos Internacionais. **V – Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Octagésima Nona Assembléia Ordinária do CONANDA.** A ata da Octagésima Nona Assembléia Ordinária do CONANDA foi aprovada com correções pertinentes. **IV – Assuntos Gerais** (convites, informes, representações, etc.); 1) O Presidente fez esclarecimentos da votação do Projeto sobre o rebaixamento da idade penal que está sendo votado no dia de hoje na Comissão de Segurança Pública. Caso o projeto seja aprovado nessa Comissão o mesmo seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ele ressaltou o compromisso do Presidente da Câmara Federal Aécio Neves de que o mesmo não entrará na pauta do dia. O Presidente informou ainda sobre a correspondência recebida do Secretário Adjunto da Secretária do Governo e Gestão Estratégica de São Paulo, informando que o CONDECA – SP encontra em regular funcionamento, cumprindo com plenitude suas relevantes funções institucionais, que afastam quaisquer condicionamentos de natureza política e que o mesmo efetivou avanços históricos em seu conjunto de deliberações colegiadas. O presidente esclareceu que mediante o exposto não há abertura por parte do Condeca para participação do CONANDA. A conselheira Maria Stela informou que a Sociedade Civil de São Paulo fez uma prestação de contas apontando as irregularidades no Conselho Estadual. O Presidente informou ainda sobre o convite solicitando a participação do CONANDA na junta apuradora da eleição dos conselheiros tutelares de São Paulo. O assunto foi debatido tendo sido deliberado informar ao interessado a não participação do CONANDA, tendo em vista as funções dos órgãos competentes para tal fim. Por fim, o Presidente informou sobre o recebimento de correspondência do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação contra a Pobreza, solicitando a indicação de dois conselheiros do CONANDA, representantes da Sociedade Civil. Foram indicados o Presidente Cláudio Augusto e a Conselheira Kênia para compor o Conselho; 2) O conselheiro Ivanildo informou o andamento dos trabalhos sobre a gratuidade do registro civil, ressaltando que dezoito estados já estão

atendendo plenamente a emissão do registro , exceto para adolescentes a partir dos doze anos que necessita ser por via judicial.O conselheiro ficou de repassar por correio eletrônico o quantitativo do quadro nacional. Neste momento a plenária foi interrompida com a presença da Deputada Federal e Presidente da frente Parlamentar pela Criança Rita Camata, que veio compartilhar a sua angustia e apreensão com relação a votação do projeto sobre rebaixamento da idade penal na Comissão de Segurança Pública. Ela sugeriu que a assembléia do Conanda fosse transferida para o Congresso Nacional para articulações com os parlamentares que compõe a Comissão, . A Deputada salientou que a proposta do relator da Comissão Deputado Moroni Torgam-CE é de que o rebaixamento da idade penal seja a partir dos quatorze anos . A Deputada informou ainda, que a Frente Parlamentar já havia se articulado com vários Parlamentares para impedir a votação através da falta de quorum , daí a importância do CONANDA registrar a presença no Congresso Nacional, como forma de pressão popular, embora haja compromisso explícito dos Presidentes da Câmara e do Senado em não votar a matéria. A Deputada agradeceu a oportunidade de estar neste Conselho se desculpando pela interrupção dos trabalhos. Continuando os informes o conselheiro Ivanildo colocou ainda sobre o trabalho dos cartórios nas maternidades, para emissão dos registros, já estando funcionado em trinta e sete maternidades; 3) A conselheira Ozanira informou o seu desligamento do CECRIA e conseqüentemente o seu afastamento do CONANDA. Agradeceu a oportunidade em participar deste Colegiado, tendo sido uma experiência enriquecedora. Enalteceu o crescimento do CONANDA, considerando que os resultados dos trabalhos ao final dessa gestão serão muito positivo. O Presidente lamentou a perda da conselheira ao tempo que agradeceu a sua participação. O conselheiro Ivanildo aproveitou para solicitar que o CONANDA providencie a indicação de novos representantes dos Ministério dos Esporte e Turismo e MPAS até a próxima plenária; 4) O conselheiro Joacir informou que a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, tramitando na Câmara dos Deputados ainda não foi aprovada. O conselheiro informou ainda que estão

tramitando mais dois projetos da Deputada, sendo um sobre Disque Conselho Tutelar, onde serão instalados telefones com três dígitos em todos os municípios brasileiros e outro projeto sobre Escolas Públicas com creches para que as adolescentes grávidas possam continuar seus estudos e deverão ser implantadas em todos os municípios com até cem mil habitantes; **5)** A conselheira Rachel informou sobre o processo mobilizatório do dia dezoito de maio, Dia Nacional de Luta contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes e solicitou que todos os conselheiros acionem seus Estados para essa mobilização **6)** O Presidente informou sua participação no evento sobre Conselho Tutelar, em Caruarú- PE, ressaltando que o evento teve uma repercussão muito boa e que os Parâmetros para criação e funcionamento de Conselhos Tutelares está tendo uma procura positiva; **7)** O Conselheiro Osvaldo informou sobre as articulações mantidas junto a ESAF, para realização da Assembléia Ampliada e sobre a impressão do ECA pelo Banco do Brasil; **8)** A conselheira Maria Stela falou de sua participação na reunião, promovida pelo DCA e o Instituto Del Ninho sobre sistematização dos dados relativos a crianças e adolescentes e o SIPIA e o que mais chamou a sua atenção foi a apresentação do Juiz da Infância e da Juventude de Recife sobre o SIPIA. O conselheiro Normando informou que o CECUP/BA está prestando homenagem “Machado do Xangô” e entre os homenageados foram indicados os nomes do Presidente do CONANDA, do conselheiro Joacir – CNBB e de Bernadete da Secretaria Executiva do CONANDA; **09)** O conselheiro Messias prestou homenagem a conselheira Kênia, pelo seu aniversário de nascimento; **10)** O conselheiro Júlio formou sobre a sua representação no CDCA/DF e que no dia de hoje a reunião foi com o Juiz da Infância e Juventude e com a Comissão que foi criada para atuar até as eleições da Sociedade Civil no Conselho; **11)** O conselheiro Saulo, informou que havia assumido a Presidência da ABMP desde novembro e da mobilização que a Associação vem fazendo com os Juizes e Promotores desde o ano dois mil. Neste período foram mobilizados aproximadamente três mil, oitocentos e cinquenta profissionais, onde foram discutidos o direito da educação de crianças e

adolescentes e que a ABMP deseja parceria efetiva em todos os Estados brasileiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia. E, para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA
Presidente do CONANDA